



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - ESCUTAS TELEFÔNICAS CLANDESTINAS

EVENTO: Audiência Pública	Nº: 1231/08	DATA: 27/08/2008
INÍCIO: 14h51min	TÉRMINO: 16h40min	DURAÇÃO: 1h49min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 1h48min	PÁGINAS: 55	QUARTOS: 22

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

AVNER SHEMESH - Proprietário da Agência de Investigação Online Security EG Sistemas de Segurança Ltda.

SUMÁRIO: Tomada de depoimento.

OBSERVAÇÕES

Há expressão ininteligível.
Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Está aberta a 60ª reunião ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito com a finalidade de investigar escutas telefônicas clandestinas/ilegais, conforme denúncia publicada na revista *Veja*, Edição 2.022, nº 33, de 22 de agosto de 2007.

Encontram-se sobre as bancadas cópias das atas da 59ª reunião — partes públicas e reservada. Pergunto aos Srs. Parlamentares se há necessidade da leitura das referidas atas. *(Pausa.)*

O Deputado Fruet solicita a não-leitura, pois já foram distribuídas as atas.

Em discussão as atas. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-las, em votação.

Os Deputados que aprovam as atas permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas as atas.

Esta reunião foi convocada para a tomada de depoimento do Sr. Avner Shemesh, proprietário da agência de investigação Online Security EG Sistemas de Segurança Ltda.

Convido o Sr. Avner Shemesh a tomar assento à mesa.

Antes de passar a palavra ao depoente, peço a atenção dos senhores presentes para os procedimentos que vamos adotar... *(Pausa.)*

S.Sa. está acompanhado de seus advogados, que também podem tomar assento, por favor.

Antes de passar a palavra ao depoente, peço a atenção dos senhores presentes para os procedimentos que vamos adotar.

O tempo concedido ao depoente será de 20 minutos, não podendo ser aparteado.

Os Deputados interessados em interpelá-lo deverão inscrever-se previamente junto à Secretaria.

O Relator disporá do tempo que for necessário para as suas interpelações.

O autor do requerimento terá prazo de 15 minutos para fazer as suas interpelações, computado neste o prazo para as respostas do depoente.

Cada Deputado inscrito terá o prazo de 10 minutos para fazer as suas interpelações, computado neste tempo o prazo para as respostas do depoente.



Conforme decisão do Supremo Tribunal Federal, o depoente não está obrigado a prestar o compromisso legal e não mais será ouvido na condição de testemunha e, sim, na condição de investigado, por opção própria, tendo em vista o seu *habeas corpus* junto ao Supremo Tribunal Federal.

Com a palavra o Sr. Avner Shemesh, por até 20 minutos, para as suas considerações iniciais, se assim o desejar.

O SR. AVNER SHEMESH - Eu gostaria de cumprimentar esta Comissão e me colocar à disposição para responder a todas as perguntas que eu possa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Não havendo outra manifestação do Sr. Avner, eu vou iniciar fazendo algumas questões, para depois passar a palavra ao Relator.

Eu queria saber de V.Sa. a sua nacionalidade e o seu *status* aqui no País; em que condições o senhor se encontra no Brasil.

O SR. AVNER SHEMESH - Eu sou um estrangeiro com documento do IRN e sou empresário, dono de uma empresa de segurança.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Mas a sua nacionalidade qual é?

O SR. AVNER SHEMESH - É estrangeiro permanente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Não, mas a sua nacionalidade. Onde o senhor nasceu?

O SR. AVNER SHEMESH - Israel.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - O senhor nasceu em Israel. E está aqui na condição de permanente há quanto tempo?

O SR. AVNER SHEMESH - Vinte anos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Há 20 anos. Qual foi o motivo da sua vinda para o Brasil? (*pausa*) O motivo da sua vinda para o Brasil. Por que o senhor escolheu migrar para o Brasil?

O SR. AVNER SHEMESH - No início, eu trabalhei para o Governo, na Embaixada em Brasília. Depois de 2 ou 3 anos eu voltei para trabalhar nesta área de segurança aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - O senhor trabalhou na Embaixada de Israel, em Brasília, ou no Consulado, em São Paulo?



O SR. AVNER SHEMESH - Em Brasília.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) – Em Brasília. E em que condição? Diplomata?

O SR. AVNER SHEMESH - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - E qual era o seu posto na Embaixada?

O SR. AVNER SHEMESH - Eu era adido administrativo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Adido administrativo.

E em que ano exatamente o senhor se tornou permanente no País?

O SR. AVNER SHEMESH - Oitenta e seis.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Oitenta e seis.

O senhor já respondeu a algum processo no País ou está respondendo a algum processo no País?

O SR. AVNER SHEMESH - Teve um processo que foi arquivado e... Eu acho que no ano de 90.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Sobre que assunto?

O SR. AVNER SHEMESH - Teve um assunto de importação de produtos de Israel, onde eu era consultor técnico do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Esse projeto foi um projeto que foi encomendado, comprado, licitado pelo Governo do Estado de São Paulo. É isso?

O SR. AVNER SHEMESH - Foi.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - E a sua empresa é uma empresa de vigilância, de segurança, de investigação? A empresa que o senhor tem hoje é uma empresa de quê?

O SR. AVNER SHEMESH - Minha empresa é de... empresa de segurança eletrônica, projetos de segurança, gerenciamento de riscos, segurança em veículos; instalações de sistema de segurança, alarme e monitoramento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - E ela funciona na cidade de São Paulo?

O SR. AVNER SHEMESH - Em São Paulo. E nós não trabalhamos com vigilância.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Vou perguntar para o senhor: entre o seu rol de clientes, o senhor foi contratado, em algum momento, pela Kroll?

O SR. AVNER SHEMESH - Nunca teve nenhum contato com a Kroll, não conhece ninguém. Eu não era funcionário da Kroll, nem contratado. Não conhece nenhuma pessoa, nem oficialmente nem socialmente, da Kroll.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - E o senhor já prestou algum serviço para o Grupo Opportunity?

O SR. AVNER SHEMESH - Nunca prestei nenhum serviço para este grupo e não conhece ninguém deste grupo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Além desse processo que o senhor disse que foi arquivado, relativo à compra de equipamentos no Estado de São Paulo — equipamentos, se eu não me engano, provenientes na sua grande maioria de Israel —, o senhor hoje está respondendo a algum outro processo?

O SR. AVNER SHEMESH - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Não está denunciado em processo-crime?

O SR. AVNER SHEMESH - Ah! Desculpa. Tem um processo na 5ª Vara de São Paulo, da Justiça Federal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - E qual é a acusação que lhe é feita?

(Pausa.)

O SR. AVNER SHEMESH - A acusação foi baseada num... em provas que foram produzidas, onde eu tinha supostamente ligação com Carlos Rodenburg.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - E o senhor conhece o Sr. Carlos Rodenburg?

O SR. AVNER SHEMESH - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - E essa denúncia é uma denúncia da prática de que crime? O senhor foi denunciado pela prática... com a acusação de ter praticado que crime? Porque conhecer o Sr. Rodenburg não é a prática de um crime, né?

O SR. AVNER SHEMESH - De interceptação de telefone.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Ah! A acusação que pesa sobre o senhor é a de ter feito interceptações telefônicas.

O SR. AVNER SHEMESH - Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - E o que o senhor tem a dizer sobre isso? O senhor fez interceptações telefônicas?

O SR. AVNER SHEMESH - Não, não, de jeito nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - O senhor sabe como se fazem interceptações telefônicas?

O SR. AVNER SHEMESH - Sei, como qualquer um, qualquer cidadão que lê jornal. Sei um pouco mais como profissional na área, mas exatamente eu não sei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Quais são as formas de interceptação telefônica que o senhor conhece? Porque muitos membros aqui da Comissão Parlamentar de Inquérito não conhecem o procedimento, talvez não tão bem quanto V.Sa., que é um profissional do *métier*. Se pudesse nos explicar quais são os métodos, as formas, seria interessante, para ilustrar a esta CPI.

O SR. AVNER SHEMESH - Ou através de mandado, ou talvez da empresa telefônica; ou ilegalmente, ou clandestinamente, através de equipamento sofisticado que determinada pessoa pode ter e pode fazer este trabalho ou este serviço de interceptação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - O senhor conhece algum equipamento de interceptação que foi comercializado pelo Governo de Israel ou por empresas israelenses para as Polícias no Brasil?

O SR. AVNER SHEMESH - Não conhece. Ouvi falar, mas não conhece as empresas, não sei quem vendeu e não teve nenhum tipo de ligação com esse negócio, porque não é minha área.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - A sua área qual é, então, por favor?

O SR. AVNER SHEMESH - Segurança eletrônica, planejamento, gerenciamento de risco, projetos de segurança.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - O senhor não trabalha com contramedidas de interceptação?

O SR. AVNER SHEMESH - Não. Contra...?



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Contramedidas de interceptação. Se o seu cliente desejar que o senhor faça varredura, que o senhor verifique se a linha dele está interceptada, se existe a interceptação ambiente, o senhor tem equipamentos para fazer essas verificações?

O SR. AVNER SHEMESH - Fazemos, sim, consultoria. E a gente executa algum trabalho, quando o cliente acha que ele está sendo grampeado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - E qual é a melhor forma de se evitar... Que equipamentos que existem hoje no mercado que possibilitam evitar que uma pessoa seja interceptada? O senhor conhece alguns equipamentos?

O SR. AVNER SHEMESH - Sim, simplesmente não falar no telefone.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Simplesmente não falar no telefone. E o senhor segue isso à risca?

O SR. AVNER SHEMESH - O único jeito de impedir grampo é simplesmente não falar nada que você não queira que outros ouçam.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - E por que existe essa facilidade? Já que não se deve falar porque os outros podem ouvir, o senhor poderia explicar a esta Comissão Parlamentar de Inquérito qual é a facilidade que se tem? Por que é tão fácil ouvir telefone hoje no País?

O SR. AVNER SHEMESH - Porque eu estou ouvindo que existem muitos telefones grampeados legalmente, e é provável tenha alguns que são ilegalmente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Na sua atividade profissional, o senhor já encontrou algum equipamento de escuta ilegal ou de escuta ambiente nos seus clientes?

O SR. AVNER SHEMESH - Sim, sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - O senhor poderia explicar aonde, quando e como?

O SR. AVNER SHEMESH - Sim. Normalmente esse tipo de escuta é por telefone fixo e fica na linha telefônica. E o equipamento transmite o que a pessoa fala para uma distância próxima, onde a pessoa pode gravar esta conversa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - E como é que o senhor conseguiu identificar isso?

O SR. AVNER SHEMESH - Visualmente e através de equipamento.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Como é que um equipamento desse funciona?

O senhor tem de entender que aqui na Comissão tem pessoas que não conhecem. E o senhor, com essa *expertise* toda, com esse seu *background*, poderá com certeza esclarecer melhor os membros aqui da nossa Comissão.

O SR. AVNER SHEMESH - O equipamento detecta frequência. Todas as transmissões funcionam em determinada frequência. O equipamento faz varredura de diversas frequências; ele detecta; e, na segunda etapa, o equipamento permite detectar a localidade exata do equipamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Ah! Então é possível, com precisão, dizer em que lugar uma linha está interceptada?

O SR. AVNER SHEMESH - Linha telefônica fixa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Fixa.

E na telefonia móvel?

O SR. AVNER SHEMESH - Impossível.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Impossível.

E o senhor conhece equipamentos que codificam as comunicações?

O SR. AVNER SHEMESH - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Existem em funcionamento no País?

O SR. AVNER SHEMESH - Existe.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - E funcionam bem? Ou são passíveis de interceptação também?

O SR. AVNER SHEMESH - Funciona bem, mas qualquer equipamento de codificação, ou codificador, existe a pessoa que descodifica. Então, esses equipamento trabalham curto prazo, até alguém conseguir descodificar. Então, não é equipamento seguro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - O senhor prestou serviço militar em Israel?

O SR. AVNER SHEMESH - Não entendi.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - O senhor prestou serviço militar em Israel?



O SR. AVNER SHEMESH - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Como soldado, como oficial...?

O SR. AVNER SHEMESH - Oficial.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Que patente?

O SR. AVNER SHEMESH - Tenente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Tenente?

Em que área? Área de logística, inteligência, armamento... Qual era a sua especialidade?

O SR. AVNER SHEMESH - Em duas áreas: eu era comandante de companhia de blindados, instrutor na escola de oficiais, e depois comandante de unidade antiterrorista.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Comandante de uma unidade antiterrorista?

O SR. AVNER SHEMESH - De uma companhia... de uma unidade antiterrorista.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - E o senhor já trabalhou para o instituto, em Israel? Ou não?

O SR. AVNER SHEMESH - Eu trabalhei, no total, 10 anos para o Governo de Israel.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Muito bem.

Essa *expertise* que o senhor adquiriu nos seus trabalhos profissionais, dedicados ao Governo de Israel, lhe ajudaram a entrar nesse negócio de sistemas de segurança?

O SR. AVNER SHEMESH - Ajudaram no início, sim, claro, porque teve conhecimento um pouco maior e me facilitaram, sim, sem dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Quais foram os seus primeiros clientes aqui no Brasil?

O SR. AVNER SHEMESH - Não lembro, era 20 anos atrás. Mas eram simples clientes e... empresários. Naquela época eram seqüestros, muitos seqüestros. Então, eu fui fazer a consultoria de prevenção de seqüestro e... Este era o meu trabalho no início.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - O senhor treinava pessoal também?

O SR. AVNER SHEMESH - Treinava.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Vigilantes, seguranças...

O SR. AVNER SHEMESH - Treinava pessoas, sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Vou passar a palavra ao Relator. Depois eu retomo os meus questionamentos.

Com a palavra o Sr. Relator.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhoras e senhores, Sr. Avner Shemesh, seus advogados.

Sr. Presidente, V.Exa. já atalhou muito o roteiro de perguntas, mas algumas questões, para mim, era preciso que ficassem mais claras. A primeira — e me perdoem: eu tive de dar uma saída para resolver um assunto —: V.Sa. é um ex-oficial do Exército de Israel. É isso?

O SR. AVNER SHEMESH - Sim.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - E, no Exército, trabalhava com a área de inteligência?

O SR. AVNER SHEMESH - Eu trabalhava como comandante de pelotão de blindados, instrutor em escola de oficiais, e depois na unidade antiterrorista.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Unidade de...?

O SR. AVNER SHEMESH - Unidade antiterrorista.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Antiterrorista.

E, portanto, nessa atividade, há que se presumir muito uso de atividade de inteligência.

O SR. AVNER SHEMESH - Mas não era minha área. A minha área era mais operacional. Na verdade, totalmente operacional.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Mas teve contato com essa área de inteligência, de monitoramento, de monitoramento ambiental, monitoramento por escuta telefônica? Porque uma atividade como essa, é evidente, requer essencialmente isso, para, inclusive, fazer a repressão a esse tipo de atividade que é extremamente... não sofisticada, mas, pela natureza dela, requer muito trabalho de inteligência.



O SR. AVNER SHEMESH - Não, porque os métodos diferentes. Ali, como operacional, eu recebia a informação 1 hora antes da operação e executava a operação. Não tinha acesso de onde veio a informação, como chegou a informação e tudo o mais...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Bom, então, aí depois disso V.Sa. foi agregado à Diplomacia e veio para o Brasil como adido... Adido militar?

O SR. AVNER SHEMESH - Administrativo.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Administrativo.

E essa atividade de adido administrativo corresponde a que tipo de atividade no esquema consular?

O SR. AVNER SHEMESH - Duas: segurança e administração.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Segurança do quê? Do corpo consular? Segurança do corpo consular. Isso?

O SR. AVNER SHEMESH - Do corpo diplomata.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Corpo diplomático: Embaixador, família, funcionários...

O SR. AVNER SHEMESH - Instalação...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Bom, então... Mas nessa atividade também trabalho de inteligência?

O SR. AVNER SHEMESH - Não, de jeito nenhum. Somente esse tipo de trabalho. Não tem absolutamente...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Normas de segurança, procedimentos.

O SR. AVNER SHEMESH - Proteção física da Embaixada, contatos com a Polícia local e a segurança do Embaixador e da família dele, somente.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Bom, aí depois V.Sa. se reformou, deu baixa no Exército. Quando veio, como adido administrativo, já tinha-se desligado do Exército, já?

O SR. AVNER SHEMESH - Sim, mas era trabalho do outro departamento.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - E depois deixou a atividade militar, a atividade diplomática e foi para a iniciativa privada.



O SR. AVNER SHEMESH - Eu fui trabalhar em outros países e, depois de 3 anos, eu retornei para cá.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Mas V.Sa. está aqui no Brasil há 20 anos ou a 10?

O SR. AVNER SHEMESH - Vinte anos.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Vinte anos.

Montou a empresa de segurança.

O SR. AVNER SHEMESH - Exatamente.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Essa empresa, na razão social dela, ela está habilitada a desenvolver que tipo de atividades?

O SR. AVNER SHEMESH - Exatamente o que eu mencionei aqui. Eu tenho aqui o contrato social que eu juntei: instalação de sistemas de segurança, câmeras, alarmes, monitoramento, projetos e gerenciamento de segurança. Eu tenho aqui cópia do contrato social, cópia de folhetos da empresa, que menciona tudo isso.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Sr. Avner, vou ler aqui uma matéria que foi publicada na coluna do jornalista Paulo Henrique Amorim, que tem o seguinte título: *Vídeo Comprova: Rodenburg, Braço Direito de Dantas, Visitou Espião Israelense.*

“Em abril de 2005, uma diligência da Polícia Federal apreendeu no escritório do espião israelense Avner Shemesh, na rua Marechal Bittencourt, número 100, Jardim Paulista, São Paulo, diversos materiais, como fitas, grampos telefônicos de inimigos de Daniel Dantas e de jornalistas que desagradavam a Daniel Dantas, como Paulo Henrique Amorim.

Alguns dias antes dessa operação, no dia 06 de abril de 2005, durante as investigações, a Polícia Federal filmou o ex-cunhado, sócio e amigo de Daniel Dantas, Carlos Rodenburg, conhecido como ‘Carlinhos’, ao entrar no escritório de Avner Shemesh. A PF anexou esse vídeo ao processo que investiga as atividades da Kroll, contratada por Dantas”.



O que V.Sa. tem a me dizer sobre essa matéria aqui?

O SR. AVNER SHEMESH - Eu posso responder, pelo menos, que Carlos Rodenburg nunca esteve no meu escritório. Nunca conversei, nem conhece Carlos Rodenburg. Aliás, não sabia da existência dessa pessoa antes de ler no jornal que ele estava no meu escritório. Nunca. A pessoa que está na foto foi identificada e está no processo, na 5ª Vara, aonde nós levamos todas as provas.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Seria Fernando Magnenti?

O SR. AVNER SHEMESH - Não lembro o nome das pessoas, mas nós identificamos quem era a pessoa.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Bom, e a que V.Sa. atribui tanta notícia, tanta informação da relação de V.Sa. com a Kroll, com a Telefônica de Itália, e todo esse envolvimento que é atribuído a V.Sa. com esses personagens?

O SR. AVNER SHEMESH - Eu gostaria também de ter a resposta desta pergunta. Ao longo de 4 anos, teve mais ou menos 200 reportagens, ou mais, dezenas de programas de televisão, rádio, quando a maioria das informações não é verdadeira. Vou dar um exemplo: num jornal de São Paulo, logo depois da última operação, saiu na primeira página: "*Coronel*," — não sou coronel — "*ex-funcionário da Kroll*," — nunca trabalhei com a Kroll; aliás, a Kroll fez um anúncio oficial que eu nunca trabalhei; não conhece ninguém da Kroll — "*espião*," — nunca espionei ninguém — "*e que está espionando juízes*" — também grande mentira. Dos motivos me interessa saber. Eu posso só imaginar, mas eu não posso saber porquê. Eu não li todas as reportagens. Tem muitas reportagens que eu deixei de ler. Mas eu posso afirmar que, na maioria, as informações não são verdadeiras.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Mas a que V.Sa. atribui essa insistência em vinculá-lo à Kroll, ao banqueiro Daniel Dantas, já que V.Sa., como afirma a esta Comissão Parlamentar de Inquérito, nunca teve contato com Daniel Dantas, com Carlos Rodenburg, com a Kroll, com qualquer preposto da Kroll? Ou V.Sa. teve algum contato com algum preposto de Daniel Dantas?

O SR. AVNER SHEMESH - Não. Nunca! Não conhece Daniel Dantas. Nunca encontrei com ele, nunca falei com ele, nunca trabalhei para ele, nunca teve nenhum contato com nenhum funcionário da Opportunity ou qualquer pessoa ligada a esses...



O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - E com a Telefônica de Itália? V.Sa. fez alguma... Alguma vez a sua empresa prestou algum serviço para a Telefônica de Itália?

O SR. AVNER SHEMESH - Nunca.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Para a TIM?

O SR. AVNER SHEMESH - Nunca.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Nunca foi contratado pela Telefônica de Itália?

O SR. AVNER SHEMESH - Não. Nunca.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Aí eu volto a perguntar, Sr. Avner: por que essa insistência em vincular o senhor, as suas atividades, a esse processo? A que o senhor atribui isso?

O SR. AVNER SHEMESH - Porque eu acho que existem outros interesses maiores, que eu não sei explicar. E talvez através de mim alguém consegue essas conquistas, essas informações. Só que, infelizmente ou felizmente, eu estou falando a verdade. E tudo o que foi dito nos jornais, tudo o que foi colocado na imprensa, foi provado, comprovado, que não é verdade.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Essa diligência do dia... de abril de 2005, ela ocorreu? No escritório do senhor?

O SR. AVNER SHEMESH - Não, não ocorreu.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - O senhor tem escritório na Rua Marechal Bittencourt, nº 100?

O SR. AVNER SHEMESH - Desculpa. Pior ainda: nessa última operação, eu não fui envolvido; o delegado não achou que eu era nem suspeito; eu não fui nem chamado. Não teve nenhuma busca. Eu não fui nem chamado. As pessoas foram presas, depois foram indiciadas. Eu não teve nada, absolutamente, até o momento com esse caso. Depois, muito e muito tempo, imagino, de monitoramento de (*ininteligível*) de linhas telefônicas, eu não fui mencionado nesse processo.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Mas esse processo que corre na 5ª Vara Crime da Justiça Federal de São Paulo, V.Sa... Ele é denunciado com base em que acusação?



O SR. AVNER SHEMESH - Ela é baseada num dossiê que foi achado. A única, a única coisa que foi achada. É baseado nisso que eu fui denunciado.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Foi achado no escritório da...?

O SR. AVNER SHEMESH - Na minha casa.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Qual é o nome da empresa de V.Sa.?

O SR. AVNER SHEMESH - Online Security.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Hein?

O SR. AVNER SHEMESH - Online Security.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Online Security.

O SR. AVNER SHEMESH - Na minha casa. Não foi achado no escritório.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - O dossiê foi encontrado na Online Security ou foi na sua casa?

O SR. AVNER SHEMESH - Na minha casa.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Foi encontrado que dossiê?

O SR. AVNER SHEMESH - Um, só.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Qual era o conteúdo desse...?

O SR. AVNER SHEMESH - Alguns CDs e alguns documentos que, como está sob julgamento, eu estou impedido de passar mais detalhes. Mas tudo foi explicado em juízo.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Então, foram encontrados CDs e um... Mas esses CDs e esse dossiê se referiam a alguma coisa relacionada às atividades do Sr. Daniel Dantas ou à disputa entre ele e a Brasil Telecom?

O SR. AVNER SHEMESH - Eu acho que não.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Mas, mesmo assim, a Polícia Federal denunciou V.Sa. E essa ação que aqui é mencionada... O escritório de.... A Online Security funciona na Rua Marechal Bittencourt, nº 100, Jardim Paulista?

O SR. AVNER SHEMESH - Não. Era.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Hem?

O SR. AVNER SHEMESH - Não é mais.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Mas era. Nessa época, em 2005, era?



O SR. AVNER SHEMESH - Era.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - E essa ação, em abril de 2005, realmente ocorreu?

O SR. AVNER SHEMESH - Não. Esta aqui, a informação que o jornalista colocou é de 4 anos atrás.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Sim, é de 2005.

O SR. AVNER SHEMESH - Ela é de 2005.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Abril de 2005.

O SR. AVNER SHEMESH - Exatamente, 2005.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Aconteceu em abril de 2005 essa ação da Polícia Federal, no escritório?

O SR. AVNER SHEMESH - Aconteceu. Exatamente.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Foram apreendidos equipamentos lá, nessa operação? Foram apreendidos equipamentos?

O SR. AVNER SHEMESH - Foram levadas algumas malas com equipamentos.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Mas que tipo de equipamento foi apreendido nessa operação?

O SR. AVNER SHEMESH - Foi apreendido equipamento simples, para meu uso no dia-a-dia. Aliás, equipamento que eu uso novamente, que se pode comprar em diversas lojas em São Paulo, equipamento legal, com nota fiscal, que faz exatamente gerenciamento do risco. Ou seja, ele serve, além de detectar escutas, ele serve para fazer algum tipo de trabalho dentro de empresa, como de escuta à distância. É somente para essa finalidade de investigação interna, dentro das empresas, quando há fraudes, quando há roubo, quando tem funcionários que desviam dinheiro. Este equipamento serve somente para isso. Era equipamento simples. Não há distância e não tem como fazer mais nada com esse equipamento. E adquirido legalmente, com nota fiscal, em São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Muito interessantes esses equipamentos. Quer dizer, eles, na verdade, são equipamentos de escuta ambiente. Seria isso, não é?

O SR. AVNER SHEMESH - Ambiental. Exatamente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - E existe muita demanda por esse tipo de serviço, em São Paulo?

O SR. AVNER SHEMESH - Eu posso dar exemplo: se um advogado acha que ele seria ameaçado, e ele é meu cliente, ele me chama, porque ele quer ser gravado, ele quer grampear a conversa, para poder ter prova. Se existe alguma ameaça ou extorsão, a mesma coisa, a pessoa liga e fala: *"Ó, preciso gravar, porque a pessoa ligou, falou que iria ligar daqui a uma hora"*. Então, esse tipo de equipamento...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Mas esse outro tipo de equipamento que o senhor falou me interessou, porque me parece bastante interessante. Quer dizer, o senhor consegue gravar um ambiente...

O SR. AVNER SHEMESH - Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - ...a pedido de um empresário, se acha que está sendo roubado por um empregado e tudo. E é muito comum?

O SR. AVNER SHEMESH - Muito comum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - E o senhor fez muitos desses serviços, então?

O SR. AVNER SHEMESH - Fazemos muito não, mas quando precisa a gente faz, porque uma das técnicas de detectar esse tipo de roubo é simplesmente instalar câmeras camufladas. A mesma coisa que o jornalista faz para uma matéria investigativa. Ele anda com uma câmera camuflada e consegue gravar. Exatamente o mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Mas grava só a imagem ou grava diálogos também?

O SR. AVNER SHEMESH - Aí grava imagem e voz. Depende do caso. Se precisa pegar alguém roubando, não precisa voz, mas se precisa pegar alguém conversando também, dentro do ambiente, filmando ele, dentro de um ambiente autorizado pelo proprietário, nós fazemos isso. Temos um termo, onde o proprietário assina, autoriza, e a gente faz esse trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - E também intercepta, por exemplo, telefones internos dentro da empresa?



O SR. AVNER SHEMESH - Hoje, a maioria das empresas tem gravação, quase todas. A minha empresa, por exemplo, tem gravação. O funcionário sabe. Tem gravação digital. Hoje, 90% das empresas têm isso. Então...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Mas nesse caso das investigações para saber se existe uma fraude no sistema...

O SR. AVNER SHEMESH - Aí usa a gravação da empresa. Simplesmente direciona para o ramal e depois o próprio proprietário pode ouvir e saber.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Obrigado.

Desculpa.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - V.Sa. foi, em algum momento, contactado por um cidadão de nacionalidade portuguesa, chamado Jorge Verdial?

O SR. AVNER SHEMESH - Nunca ouvi este nome.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Nunca? Ninguém, ligado à Telecom Italia International teria contatado V.Sa.?

O SR. AVNER SHEMESH - A mim, pessoalmente, não. Pode ser que tenha ligado para a empresa. Às vezes tem ligações. Mas ele não foi atendido e não falou comigo.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Todos os assuntos da empresa, todos os contatos são com V.Sa., ou tem outro tipo de gerente que possa receber demanda de clientes?

O SR. AVNER SHEMESH - Quando o trabalho é um pouco mais delicado, eu sei de tudo praticamente. Quando há solicitação de um trabalho que não fazemos nem passam para mim, porque o comercial já avisa que nós não fazemos esse serviço.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - A empresa de V.Sa. já foi contratada por alguma outra empresa pedindo para ter acesso a dados cadastrais que são protegidos por sigilos legais?

O SR. AVNER SHEMESH - Não.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - A empresa de segurança de V.Sa. faz algum tipo de análise, diagnóstico de outras empresas no mercado?

O SR. AVNER SHEMESH - Não fazemos isso. Não temos pessoal, não temos pessoal para fazer isso. Não fazemos isso. Tem outras empresas no mercado que



fazem isso e não me chamam para isso. Na verdade, todo o trabalho que a gente faz é para atender nossos clientes. Nós não buscamos novos clientes. Se nosso cliente de 10 anos tem algum tipo de problema, nós atendemos a ele. Nós não vendemos esse trabalho de levantamento de risco para o público. A maioria é para o cliente que já é nosso cliente. Não quer trocar fornecedor, conhece a empresa, quer manter as mesmas pessoas, então fazemos para ele esse serviço. Mas não fazemos levantamento de empresas, não.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Sr. Presidente, eu vou me reservar...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - V.Sa. poderia informar a esta Comissão Parlamentar de Inquérito quais empresas fazem esse tipo de serviço de levantamento cadastral, de informações? Conhece alguma empresa?

O SR AVNER SHEMESH - Eu conhecia há um tempo atrás. Nós últimos 4 anos, desde aquele dia 7 de maio, a empresa não faz mais nenhum tipo de... nem levantamento de risco, nem investigação, absolutamente nada. Então, eu me afastei e não estou atualizado mais.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Mas que empresa era essa que fazia esse tipo de serviço?

O SR AVNER SHEMESH - Todo mundo sabe que a empresa Kroll fazia levantamento de empresas. Até saiu na imprensa e tudo o mais.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - A Kroll faz esse tipo de serviço?

O SR AVNER SHEMESH - Saiu na imprensa. Pelo menos penso que esta seja a verdade. Mas isso é o que eu li, isso é o que eu sei. Mas eu nunca trabalhei com eles.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - E a Kroll nunca pediu assessoria nessa área de ação defensiva, no sentido de que a Online Security pudesse prestar alguma consultoria a ela em relação a essa questão de proteger os executivos dela contra escutas ilegais, contra... Nunca a Kroll pediu esse tipo de assessoria à Online Security?

O SR AVNER SHEMESH - Qual empresa? Não entendi.



O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - A Kroll.

O SR AVNER SHEMESH - Nunca, nunca. Vou repetir: não teve nenhum contato comercial, pessoal ou qualquer outro com a Kroll. Nunca fiz qualquer trabalho para eles. Eu não tenho hoje também... não teria também como atender. Mas não fiz, porque...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Essa empresa de V.Sa. é uma empresa que V.Sa definiria como uma empresa pequena, média ou empresa grande?

O SR AVNER SHEMESH - Média... pequena.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Quantos funcionários tem, mais ou menos?

O SR AVNER SHEMESH - Quarenta.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Quarenta funcionários. Todos na área de monitoramento?

O SR AVNER SHEMESH - Todos são na área de manutenção de sistemas, monitoramento, instalação e comercial. Eu não tenho nenhum outro funcionário além desses. E, claro, o administrativo.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Instalação, neste caso, seria o quê? Instalação seria o quê, nesse caso?

O SR AVNER SHEMESH - Instalação de sistema de alarme, instalação de proteção, instalação de câmaras, instalação de controle de acesso. Todo tipo de instalação de segurança eletrônica, manutenção e monitoramento de imagem e monitoramento de alarme. E tem...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Varredura também?

O SR AVNER SHEMESH - Isso, normalmente, a gente faz muito pouco, de vez em quando. Praticamente...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Mas a empresa tem qualificação técnica para fazer esse tipo de trabalho?

O SR AVNER SHEMESH - Não, porque eu não tenho mais esse equipamento. Esse equipamento...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Foi apreendido.

O SR AVNER SHEMESH - Exatamente. Desde então, nunca fiz.



O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Mas esse equipamento foi legalmente adquirido? Esses equipamentos todos foram legalmente adquiridos?

O SR. AVNER SHEMESH - Ele foi adquirido...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - E foram apreendidos?

O SR. AVNER SHEMESH - Sim.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Estão no processo?

O SR. AVNER SHEMESH - Está.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - E o que impede a empresa de novamente fazer novas aquisições?

O SR. AVNER SHEMESH - Nada. Se a empresa acha que ela poderia fazer legalmente, é simplesmente adquirir equipamento e fazer.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Sim, mas por que a empresa não adquiriu novos equipamentos para continuar prestando esse tipo de atividade que é tão importante na área de segurança dos seus clientes?

O SR. AVNER SHEMESH - Porque não é o foco da nossa empresa. O nosso foco é totalmente diferente. É por isso.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - E quando um cliente solicita esse tipo de serviço, a empresa recomenda?

O SR. AVNER SHEMESH - A gente tenta passar para outro, passar para frente, ou falar que não fazemos, enfim, para não criar mais...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - O.k. Presidente, eu vou, no momento, por ora, ficar por aqui, sem prejuízo de novas perguntas ao depoente, e passar também a oportunidade para que os demais Deputados possam inquiri-lo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Antes de passar a palavra ao Deputado Fruet, tenho uns questionamentos que me parecem pertinentes.

O senhor foi contratado por alguém para, por algum motivo, investigar algum jornalista?

O SR. AVNER SHEMESH - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - O senhor investigou o jornalista Paulo Henrique Amorim?

O SR. AVNER SHEMESH - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - A sua família?



O SR. AVNER SHEMESH - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - O senhor assistiu a uma filmagem que aparece no YouTube, que seria do seu escritório, onde o senhor recebe a visita de uma determinada pessoa? Essa pessoa — embora já tenha sido perguntado pelo Relator se seria o Sr. Rodenburg — seria ele o Michael Phelps? O senhor conhece Michael Phelps?

O SR. AVNER SHEMESH - Vou responder à primeira: eu assisti, sim. E vou repetir: esta pessoa não é Carlos Rodenburg.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - É Michael Phelps?

O SR. AVNER SHEMESH - Não conhece Michael Phelps.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Não conhece Michael Phelps.

Com a palavra o Deputado Fruet.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Sr. Presidente, Sr. Relator, inicialmente uma justificativa: o primeiro inscrito era o Deputado Vanderlei Macris, mas foi submetido hoje a uma cirurgia dentária e está impossibilitado de falar. Então, até a pedido do Deputado Macris...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - V.Exa. hoje é 2 em 1.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Eu tenho a responsabilidade de agir como intérprete do pensamento do Deputado Macris.

Tenho 3 registros. O primeiro, Presidente, permita-me, em tese, sem querer explorar muito o tempo, é uma matéria que foi divulgada na revista *Época* que afirma o seguinte:

“Atendendo a um pedido de Antônio Fernando de Souza, procurador-geral da República, o ministro do Supremo Tribunal Federal, Cezar Peluso, autorizou a quebra de sigilo telefônico de um dos ramais da sede do Partido dos Trabalhadores, em Brasília, conforme revelou com exclusividade a epoca.com.br. na semana passada. Quem usava esse ramal era Romênio Pereira, secretário de Assuntos Institucionais do PT. Suas conversas foram parte do inquérito sobre fraudes em obras públicas em



Minas gerais com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento, o PAC. (...)”

Segue a matéria e, lá na frente, destaca:

“Apesar de autorizada a interceptação, não foi feita. A Brasil Telecom, concessionária das linhas telefônicas, afirma que não seria possível fazer o grampo por motivos técnicos, pois a linha de Romênio era usada em sistema de ‘tronco’ — havia mais de 200 ramais interligados a ela —, e o aparelho não permitiria seleção de ramais para interceptação”.

E conclui:

“Para cumprir a determinação do Supremo, seria preciso instalar um microfone no próprio aparelho de Romênio. Isso exigiria uma ação às escondidas na sede do partido, coisa que a PF preferiu não realizar. Outra alternativa seria buscar outros telefones para monitorar Romênio. A PF disse que não conseguiu encontrar esses números. O dirigente do PT tornou-se, assim, uma raridade política. A polícia foi autorizada a grampear o seu telefone, mas se diz sem condições de fazê-lo. (...)”

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Deputado Gustavo Fruet, V.Exa. me permite? Eu recebi, não sei se no início desta semana ou no final da semana passada, um telefonema de um jornalista que me inquiriu sobre esta matéria. Embora eu não seja especialista, depois de 9 meses de Comissão Parlamentar de Inquérito e até porque já procurei estudar essa questão também, acabamos dominando um pouco a matéria. De fato, as informações que tenho são de que a dificuldade para interceptar uma linha de ramal é muito grande. Aqui, na Câmara, nós temos 5 linhas em nossos gabinetes: uma linha direta e 4 ramais. Se multiplicarmos o número de gabinetes por 4, teremos quase 2.100 ramais. É razoável que se faça uma presunção de que desses mais de 2 mil ramais, pelo menos uns 700 a 800 falem de uma vez. E são ramais digitais; praticamente toda a linha é digitalizada. Então, a possibilidade de fazer um grampo numa linha, mesmo



fixa, em ramais, é muito complexa. Seria preciso monitorar todas as linhas para que, quando, aleatoriamente, não fosse uma ligação direta, se pescasse uma dessas linhas para ser ouvida. E a informação adicional que eu tive é que, por força das licitações — não é o caso aí, me parece, da sede do PT, mas no caso do Administração Pública —, no caso da Câmara, você tem 2 tipos de saída: tem uma saída por uma empresa e a entrada pela outra. Então, a dificuldade de monitoramento de um telefone de uma linha de ramais é muito grande realmente.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Em razão disso, e com toda a lealdade — de forma alguma queria provocar o debate sobre esta investigação ou sobre a participação do Secretário e, de forma alguma, até o pedido de convocação dele —, para esclarecer isso, porque terá desdobramento, o Deputado Macris apresentou 2 requerimentos hoje. O primeiro solicita informações técnicas à ANATEL e à concessionária Brasil Telecom sobre a interceptação telefônica de ramal em troncos telefônicos, em caso abstrato; não se trata do caso concreto. E o segundo, um pedido de convocação do Sr. Francisco Aurélio Santiago, Vice-Presidente de Operações da concessionária Brasil Telecom, para prestar informações técnicas sobre interceptação telefônica de ramais em troncos telefônicos.

Estamos, aqui, não focados na investigação, que segue o seu rumo, mas justamente para esclarecer a dúvida e a observação que V.Exa. fez.

O segundo registro, Presidente, é que hoje o Tribunal de Contas publicou uma auditoria realizada no Sistema Brasileiro de Inteligência. Tirei uma cópia na Internet. Vou passá-la a V.Exa. É até importante para avaliação do Relator sobre se é o caso de constar ou não no relatório final — e também de forma alguma aqui se trata de provocação ou disputa Governo/Oposição. Ela apresenta uma série de dúvidas e questionamentos com relação ao sistema que foi muito questionado, quando houve muito debate com o Dr. Paulo Lacerda. Entre outras questões, eles pedem, nesse acórdão, que se regule a forma de constituição e coordenação do Sistema Brasileiro de Inteligência, viabilizando em caráter sistêmico o planejamento, a coordenação, a supervisão, o controle das atividades de obtenção, análise e disseminação de informações necessárias à prevenção e ao combate ao crime de lavagem de dinheiro. E pede a viabilização da aprovação da política



nacional de inteligência. Entre uma série de outros dispositivos, aponta que essa falta de regulamentação provoca uma falta de coordenação e de controle do Sistema Brasileiro de Inteligência, que foi, também, objeto de muito questionamento na CPI.

Por fim, quando do depoimento de Daniel Dantas, ele apresentou uma série documentos e entregou ao Presidente. E um dos documentos que ele se propôs a entregar — e, portanto, foi espontâneo, nós não solicitamos — era a cópia de contrato dele com o Dr. Luiz Eduardo Greenhalgh. Eu solicitei à Secretaria, e esse documento não foi juntado. Então, para não fazer disso...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Informo a V.Exa. que ele não foi juntado porque ele não foi entregue.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Não, por favor, de forma alguma estou suspeitando de V.Exa. Não coloquei nesses termos. Gostaria que V.Exa. aguardasse eu terminar, porque eu ia pedir justamente a V.Exa., independentemente de requerimento, que solicite ou determine ao depoente que junte esse documento, em respeito à informação que foi prestada.

Só em caráter complementar ao depoimento do Sr. Avner...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Se V.Exa. me permitir, quero fazer um comentário rápido a respeito do que já foi dito.

O que me causa preocupação nessa questão que foi colocada, e é algo sobre o que nós devemos nos debruçar verdadeiramente, é essa possibilidade de escuta em ramais de PABX, independentemente do local onde essa interceptação seja feita, até porque fico eu imaginando que amanhã exista uma ordem do Supremo Tribunal Federal de interceptação, numa investigação no Superior Tribunal de Justiça, onde exista um Ministro sob investigação, e, a partir da concessão de uma ordem para que seja instalado em um ramal, na verdade, todos os ramais que falam através daquele tronco serão interceptados. E, a partir daí, o que nós teríamos seria uma invasão em vários outros Ministros, que possivelmente poderiam não estar sob investigação. Daí esse tipo de técnica deve-se ter muito cuidado na sua utilização, porque, na verdade, nós não estamos ou não estaríamos investigando o tribunal como um todo, ou a Câmara como um todo, ou uma repartição com um todo. Nós não estaríamos investigando fatos. Passaríamos a investigar todas as pessoas que ali se comunicam. Então é algo para o que devemos atentar, inclusive na feitura do



relatório. Quando não houver a possibilidade, a outra técnica deverá ser utilizada para gravar a pessoa que se utiliza daquele aparelho, sob pena de nós estarmos invadindo a comunicação de outras pessoas que não estão submetidas àquele mandado.

Com a palavra V.Exa.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Obrigado, Presidente.

Só em caráter complementar, Sr. Avner, às perguntas até do Presidente e do Relator: o senhor tem vínculos pessoais no Brasil? O senhor é casado com brasileira ou tem filhos no País?

O SR. AVNER SHEMESH - Tenho duas filhas. Fui casado e tenho duas filhas.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - A empresa Shemesh Security Systems, que tem sede, entre 2 outros endereços, no Rio de Janeiro, é de sua propriedade?

O SR. AVNER SHEMESH - Não.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Qual o perfil dos empregados de suas empresas? Em caráter complementar à pergunta do Relator.

O SR. AVNER SHEMESH - Eu tenho 40 funcionários: 12 a 15 são técnicos de instalação e manutenção dos sistemas de alarme e sistemas de circuito fechado de TV, controle de acesso; mais 12 a 15 são operadores de monitoramento de alarmes; e o resto é administração e *marketing*.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - O senhor ainda é sócio na empresa Online Security Systems, de segurança? O senhor ainda é sócio na empresa Online Security Systems?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. AVNER SHEMESH - Sim. Online Security Systems sim.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Segundo o *site* Portal da Segurança, essa empresa tem como especialidade a comercialização de equipamentos de segurança eletrônica. Esses equipamentos incluem escutas telefônicas ou ambientais?

O SR. AVNER SHEMESH - Não, de jeito nenhum.



O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - A empresa US Carphone ainda está em atividade?

O SR. AVNER SHEMESH - Não. Não. Ela foi... Faz 6 anos que não tem nenhum tipo de atividade.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Qual era a atividade dela?

O SR. AVNER SHEMESH - A mesma coisa da Online. Nós mudamos para a Online, e essa empresa foi desativada. E a continuação da Online foi a mesma atividade.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - A *Folha de S.Paulo* publicou — enfim, o Presidente já perguntou isso também — que o senhor teria vendido um material ao Governo do Estado de São Paulo. Como é que se dá a entrada desses itens no território brasileiro? Trata-se de material bélico, material que permite escuta telefônica, material que permite prevenir escuta ambiental telefônica?

O SR. AVNER SHEMESH - Não. Naquela época, eu era consultor técnico. O equipamento que foi vendido através de minha consultoria era equipamento para bombeiros, equipamento de laboratório científico, nada de equipamento de escuta, nada de equipamento de inteligência.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Vou insistir numa pergunta — e aqui respeito a decisão sua e de seus advogados de entrarem com *habeas corpus*. Ou o senhor está vivendo um processo de Kafka e seu nome está sendo envolvido de forma indevida em todo esse episódio ou, efetivamente, há uma preocupação com relação ao compromisso da verdade, prevenindo futuros questionamentos ou contradições.

Por que o senhor foi alvo, então, da Polícia Federal, na denominada Operação Chacal? O senhor imagina a razão?

O SR. AVNER SHEMESH - Eu não fui... Na Operação Chacal? Nem mencionado...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. AVNER SHEMESH - Ah, desculpa. Foi simplesmente por... Eu queria só dividir a resposta. Um, que as respostas foram dadas em juízo, em relação a este processo, mas eu quero falar mais alguma coisa. Foi achada uma pasta com alguns



CDs e algumas folhas de papel. E essa causou o resto. Até este foi explicado, esclarecido, e está em juízo. Eu não posso acrescentar mais.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Mas por que o senhor acha que eles fizeram essa busca e apreensão no seu escritório?

O SR. AVNER SHEMESH - Eu gostaria muito de saber também, muito.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. AVNER SHEMESH - Hum?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. AVNER SHEMESH - Eu gostaria de saber também.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Entre o material que foi apreendido, também especificamente, o senhor garante que não há nenhuma gravação...

O SR. AVNER SHEMESH - Nenhuma.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - ...telefônica ou de escuta ambiental?

O SR. AVNER SHEMESH - Do equipamento que foi apreendido, não tem nenhum equipamento que permite escuta telefônica. Outra vez: este assunto também está... mas nós trouxemos especialista que confirmou que esse equipamento não serve para nada além do que eu acabei de explicar: uma escuta ambiental, numa investigação interna. Ele não faz nenhum tipo de interceptação de linhas telefônicas, claramente.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - No diálogo que foi reproduzido em relação a toda essa operação, há uma conversa entre a Dra. Danielle Silbergleid Ninio, Diretora Jurídica da Brasil Telecom, e o Sr. Bernardo. E ela faz referência ao seu nome e, particularmente, ao nome Avner. É coincidência?

O SR. AVNER SHEMESH - Primeiro, eu vi, têm 2 nomes. O primeiro é só parecido com o meu. Ela falou Abner. Meu nome é Avner. A outra, que eu não sei quem é, Danielle... A outra falou não Abner, Avner da Kroll. Ela não falou meu sobrenome. Eu não sou da Kroll. Nunca fui da Kroll. Eu acho que esta pergunta ela é que tem que responder, talvez, porque eu não tenho a mínima noção por que ela mencionou... Eu tenho certeza absoluta de que não se trata da minha pessoa, porque nunca teve contato... Nunca liguei para Kroll, para Opportunity, nunca falei com Danielle, nunca tive nenhuma ligação para... Todos os meus sigilos telefônicos estão abertos para ver isso. Eu tenho certeza. Eu sei para quem eu ligo. Então, não



sei o porquê. Eu não tenho certeza de que ela se referiu a mim, porque nas 2 vezes ela falou o nome errado. E na segunda falou Avner da Kroll. Então...

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - O senhor conhece alguém que trabalha na área de segurança, no Brasil, com o mesmo nome? O senhor conhece alguém? Desculpe, é uma pergunta...

O SR. AVNER SHEMESH - Eu conheço pelo menos uma dúzia de pessoas com o meu nome, mas não conheço ninguém que trabalha nessa área. Talvez a pessoa que mencionou o meu nome ou esse nome é que deveria esclarecer. Eu acho que fica mais fácil. Não tenho a mínima idéia. Eu só posso garantir que nunca falei com essa Danielle ou outra pessoa que trabalha nessa empresa.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Para registrar também, Sr. Avner... O senhor já respondeu, mas só para especificar. Pessoas ligadas à sua empresa ou, ainda, pessoas de seu conhecimento monitoram o Juiz Federal Fausto de Sanctis? Os servidores da 6ª Vara Criminal de São Paulo?

O SR. AVNER SHEMESH - Nunca. Essa foi invenção de um jornalista, ultimamente — aliás, 3 semanas ou 4 semanas atrás —, que me chamou de coronel, me chamou de funcionário da Kroll, falou que eu sou espião, falou que a polícia está investigando a mim, o que não é verdade também. Eu não fui mencionado nesse processo, nesse último, em nenhuma etapa — nem como suspeito, nem para esclarecer, nem fui indiciado. Eu não tive absolutamente nada. Depois de centenas de horas de gravação, a Polícia Federal achou que não era interessante me chamar por um motivo: porque eu não tenho nada a ver com isso.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Só mais 2 perguntas. O senhor falou que o ideal é não falar no telefone. E faz uma observação com relação a gravações que muitas empresas já fazem, até em caráter preventivo, das conversas de toda a sua equipe. É possível grampear só um ramal de um tronco telefônico?

O SR. AVNER SHEMESH - Talvez, se fosse DDR. Talvez. Mas eu não tenho certeza. Eu imagino só tecnicamente como podia funcionar.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Só para esclarecer. DDR...

O SR. AVNER SHEMESH - DDR é ramal direto. Talvez. Mas eu não sei.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Existe algum sistema seguro de diálogo que o senhor pudesse... Estiveram aqui alguns delegados, até num



importante depoimento, muito informativo. Destacaram que o MSN é uma forma ainda segura de comunicação no Brasil pela dificuldade de acesso da Google, porque não permite o monitoramento. É possível isso?

O SR. AVNER SHEMESH - Hoje, para mim, não existe nenhum sistema seguro. Nenhum.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Por fim, vou lhe perguntar se o senhor já teve algum relacionamento com algumas dessas pessoas — algumas o senhor já respondeu, mas só para constar também: Daniel Dantas, Danielle Silbergleid Ninio, Carla Cico, Carlos Bernardo Torres Rodenburg, Luís Roberto Demarco Almeida, Thiago Verdial, Naji Nahas, William Goodall e Fernando Magnenti Lima. O senhor conhece algum? Teve alguma relação com eles?

O SR. AVNER SHEMESH - Não, nenhum. Nunca.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Bem, Sr. Presidente, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Com a palavra o próximo inscrito, Deputado Carlos Willian.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Sr. Presidente, caros colegas, Sr. Avner, senhores advogados, é incrível, em CPI, algumas pessoas que são convocadas até, eu acho, erradamente, porque não têm nada para colaborar... E é o que eu estou vendo aqui. Dentro deste assunto de grampo telefônico, os senhores não têm muita coisa para colaborar. O senhor concorda?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Não ouvi.

O SR. AVNER SHEMESH - Sim.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Se o senhor concorda, por que o senhor entrou com uma ação no Supremo Tribunal Federal? E ontem, somente no final da noite, com muito sacrifício, o senhor conseguiu uma ação para que pudesse não responder determinadas perguntas aqui na CPI.

O SR. AVNER SHEMESH - Como ex-militar, eu não perdi ainda a... Eu sou disciplinado. Eu obedeci a ordem dos meus advogados, simplesmente.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Mas os advogados sabem...

O SR. AVNER SHEMESH - Muitas vezes...



O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Os advogados sabem tudo dos seus clientes. Se eles acharam que deveriam tomar essa precaução é porque alguma coisa o senhor saberia e poderia colaborar.

O SR. AVNER SHEMESH - Não foi... Foi decisão dos meus advogados. Eu aceitei porque, ao longo do tempo, eu entendi que você tem que acreditar nos seus advogados e obedecer, senão não funciona. Esse foi o motivo simples.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Está certo. Quantos contratos o senhor tem? E empresas atuais e ex-empresas que o senhor possuía... Quantas dessas empresas... Quantos contratos o senhor teve com a Brasil Telecom? Contratos de trabalho. Quantos o senhor teve?

O SR. AVNER SHEMESH - Nenhum.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Nenhum? Há quanto tempo o senhor está no Brasil?

O SR. AVNER SHEMESH - Vinte anos.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Vinte anos. O senhor veio de Israel, direto?

O SR. AVNER SHEMESH - Sim.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Israel é um dos principais países, um dos mais modernos em fabricação de equipamentos de espionagem. O senhor conhece muitos equipamentos de espionagem? O senhor lê muito sobre isso? Tem muita vivência?

O SR. AVNER SHEMESH - Não. Não conheço... Todo trabalho que a gente faz é 100% dentro da legalidade. Todo serviço que a empresa faz é com nota fiscal. Todo serviço que a gente faz é dentro do nosso contrato social. Não fazemos esse tipo de trabalho.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Se eu contratasse o senhor hoje para grampear um telefone, ou se a Justiça determinasse que o senhor grampeasse um telefone de um ramal — um tronco, um ramal —, qual equipamento o senhor iria usar?

O SR. AVNER SHEMESH - Não sei. Simplesmente não tenho idéia. Não sei.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - O senhor lembra como se chama aquele equipamento que grava a distância, que, quando as pessoas estão



conversando, na hora que bate no vidro, pela vibração do vidro, ele capta o sinal e consegue gravar? Como é que se chama esse equipamento?

O SR. AVNER SHEMESH - Um equipamento que funciona à base de *laser* e transmite a vibração.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - A quantos quilômetros pode ser captado?

O SR. AVNER SHEMESH - Poucos metros. Cinquenta, talvez.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Cinquenta metros. É grande esse equipamento? É pequeno?

O SR. AVNER SHEMESH - Pequeno.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Quem tem ele no Brasil?

O SR. AVNER SHEMESH - Não sei. Eu conheço porque é equipamento militar, equipamento antigo. Antigamente, na minha época, era bem grande. Estou falando de 20 anos atrás, 25 anos atrás. Hoje eu acredito que ele seja bem menor.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Não, hoje ele é menor. Tem um alcance maior.

O SR. AVNER SHEMESH - Exatamente.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - O senhor é do sistema, do ramo, tem conhecimento. O senhor não conhece ninguém que tem esse equipamento? O senhor não conhece ninguém que tem esse equipamento?

O SR. AVNER SHEMESH - Não.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Sei. (*Pausa.*)

Obrigado.

Deixe-me perguntar para o senhor: o senhor já prestou serviço de consultoria para a Polícia Federal? (*Pausa.*)

O SR. AVNER SHEMESH - Vou explicar um pouco o que... A pergunta já foi feita.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Ah, já foi feita aqui hoje?

O SR. AVNER SHEMESH - Mais ou menos. Durante... Uns 10 anos atrás, eu fazia... eu levava pessoas para treinamento em Israel. Essas pessoas, a grande maioria, são policiais. Eu levava pessoas para fazer cursos de segurança *vip*. Normalmente eram pessoas de casa militar ou que faziam a segurança do



Governador. E levava pessoal do grupo especial, tipo GATE, para fazer treinamento em técnicas e táticas de negociação, de trabalho com reféns. E dentro desses grupos tinha também pessoal da Polícia Federal.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - O senhor poderia fornecer a esta CPI, espontaneamente...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Isso... Era feito convênio com o Governo brasileiro e o Governo de Israel, ou era a empresa de V.Sa. que intermediava esse tipo de...

O SR. AVNER SHEMESH - Era, naquela época, minha empresa. Era visita semi-oficial, porque nós visitamos instalações, e nós visitamos unidade, e alguns...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Mas a empresa de V.Sa. foi contratada pelo Governo para fazer esse tipo de...

O SR. AVNER SHEMESH - Não, é mais... Sim, exatamente. Eu... Às vezes, quem pagava era o Governo do Estado...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Estado de São Paulo?

O SR. AVNER SHEMESH - Eu não lembro qual Estado, mas estou falando de 10, 12, 15 anos atrás. Também pode ser Estado de São Paulo. Mas a maioria foi particular.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Mas agentes públicos, em caráter particular, indo fazer curso em Israel?

O SR. AVNER SHEMESH - Faziam curso. Faziam...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Mas esses cursos eram feitos por quem? Por empresas privadas em Israel ou com órgão de segurança pública lá?

O SR. AVNER SHEMESH - Com empresa privada. Como era militar, eu tinha acesso. Então, fazia um curso um pouco mais completo.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Mas as empresas que faziam esse tipo de treinamento em Israel eram empresas privadas?

O SR. AVNER SHEMESH - Empresa privada, sim.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Obrigado.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Entendi.

Atualmente o senhor tem contrato com algum órgão público?

O SR. AVNER SHEMESH - Negativo. Não.



O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Nenhum, nenhum?

O SR. AVNER SHEMESH - Nenhum.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Com empresa privada o senhor tem algum contrato de prevenção de sistema de espionagem? Sistema antigraupo, sistema antiescuta local. Alguém contrata o senhor para o senhor prestar esse tipo de serviço? Fazer varreduras...

O SR. AVNER SHEMESH - Não tenho contrato com nenhuma empresa.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Nada, nada?

O SR. AVNER SHEMESH - Nada.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Quantos equipamentos — e a marca deles — o senhor possui para fazer esse serviço antigraupo? Antigraupo, antivarredura...

O SR. AVNER SHEMESH - Eu não tenho equipamento. O equipamento que eu tinha foi apreendido. Não foi devolvido até agora. Eu não comprei outro. Então, praticamente, eu tenho... Eu não tenho equipamento mais. Todo equipamento que eu tinha foi apreendido. Agora, o que eu tenho... Câmeras e equipamento para monitoramento ambiental eu tenho. Eu tenho dois de cada um. Não tenho mais, porque não há serviço para isso.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Monitoramento.

O SR. AVNER SHEMESH - Sim.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - A empresa do senhor é licenciada por quem? Quem autoriza esse funcionamento?

O SR. AVNER SHEMESH - Ela, a empresa, antigamente, quem controlava era a Polícia Federal.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Sei.

O SR. AVNER SHEMESH - E depois saiu o decreto, que está comigo na empresa, que a atividade do trabalho que a gente faz não há... não pertence mais à Polícia Federal. Então, é uma empresa credenciada na Junta Comercial, comercialmente normal. Existe a associação de empresas de segurança eletrônica e nada mais. Não só minha, como todas. Estamos na mesma situação.



O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Então a empresa do senhor é só de segurança eletrônica? Eu quero colocar na minha casa um circuito fechado de televisão, eu quero colocar um interfone, eu quero...

O SR. AVNER SHEMESH - Exatamente isso.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Somente disso. Não existe nada de grampo telefônico, nada, nada, nada.

O SR. AVNER SHEMESH - Nada. Exatamente isso.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Mas o senhor tem conhecimento do sistema a *laser*...

O SR. AVNER SHEMESH - Tenho conhecimento...

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - ...que busca... que captura uma gravação.

O SR. AVNER SHEMESH - Tenho conhecimento sim.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - O senhor tem conhecimento de qual equipamento que pode ser gravado em um ramal, o sistema de um... O outro funciona; o outro funciona bem; o outro, mal...

O SR. AVNER SHEMESH - Quando você quer fazer prevenção... Quando um empresário — normalmente, a maioria é competente — faz as perguntas, você tem que responder para ele como funciona. Exatamente a pergunta que V.Exa. está fazendo. Então eu preciso conhecer, buscar, entender como funciona para poder responder para ele. Se ele me pergunta: escuta, pode ser aqui ou ali... Eu posso falar: não, aqui não dá. Meu conhecimento, exatamente... na prevenção, onde... Você nunca pode saber a prevenção, se você não sabe como funciona. Então, têm algumas coisas que eu sei, é claro.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Entendi.

A empresa do senhor dá manutenção a esses clientes?

O SR. AVNER SHEMESH - Só clientes que têm sistema...

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Só instala, ou o senhor faz também o sistema de monitoramento?

O SR. AVNER SHEMESH - Fazemos instalação, monitoramento, manutenção.



O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Quantos clientes, mais ou menos, o senhor tem de monitoramentos?

O SR. AVNER SHEMESH - Tenho algumas centenas.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Têm muitos importantes?

O SR. AVNER SHEMESH - Não sei o que chama de importante. Têm residências, têm condomínios, têm empresários.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Políticos, empresários, Daniel Dantas...

O SR. AVNER SHEMESH - Nunca.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Não?

O SR. AVNER SHEMESH - Não.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Banqueiros, bicheiros...

O SR. AVNER SHEMESH - Não. Bicheiros não, também.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Não?

O SR. AVNER SHEMESH - Não é que eu tenha preconceito.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - O senhor falou que não sabia.

O SR. AVNER SHEMESH - Aliás, eu não posso recusar a instalar na casa do bicheiro um sistema. Mas eu não tenho.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - O sistema de monitoramento do senhor, na hora em que o sistema é alertado à sua central, é feito por via telefônica?

O SR. AVNER SHEMESH - Não.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Ou ele também tem o sistema satélite?

O SR. AVNER SHEMESH - Nem telefone, nem satélite. A gente trabalha com um sistema que se chama GPRS.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - GPRS.

O SR. AVNER SHEMESH - É via celular, porque telefone não é garantido, pode ser cortado. Via satélite é um pouco mais caro. O sistema mais confiável hoje é via GPRS.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - O telefone, quando é cortado, o alarme dispara.

O SR. AVNER SHEMESH - Não funciona.



O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Aí o senhor manda seu pessoal imediatamente lá?

O SR. AVNER SHEMESH - Não, não. Hoje, quando a linha telefônica é cortada, não há nenhum sinal. Você não sabe.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Então a empresa do senhor está defasada, porque... A empresa do senhor está defasada, porque, quando a linha telefônica é desligada, imediatamente o alarme na sua empresa dispara e mostra que acabou o contato. Aí o senhor tem que emitir, imediatamente, uma viatura para olhar se está tudo bem ou, primeiro, fazer um primeiro contato por telefone, dando a senha e contra-senha.

O SR. AVNER SHEMESH - Exatamente o que fazemos. Nós temos todos os sistemas instalados ao sistema GPRS, sistema de linha telefônica *backup*, e a viatura é enviada depois da não-confirmação da senha.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - A pergunta a que eu queria chegar a esse ponto é a seguinte: com qual equipamento eu consigo bloquear uma conversa telefônica dentro desse sistema GPRS que o senhor tem, que liga a residência ao seu escritório? Existe uma forma de interferir e de receptor?

O SR. AVNER SHEMESH - Você está falando assim: alarme na sua residência, central, se alguém quer assaltar a sua casa sem ser detectado, qual o equipamento?

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Quer saber o que está acontecendo.

O SR. AVNER SHEMESH - Existe, existe, claro.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Existe. E aí esse equipamento entraria em todos os sistemas de todas as casas? Era só chegar perto da casa e, com a frequência...

O SR. AVNER SHEMESH - Bloquear...

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - ...procurar a frequênciazinha.

O SR. AVNER SHEMESH - Eu acho que não seria responsável responder agora aqui. Eu tenho a resposta, mas eu acho que esta pode até prejudicar muitas pessoas. Existe maneira que eu posso responder, mas...

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - O senhor não prejudicaria. O senhor está colaborando com a sociedade. A sociedade sabe que ela não está segura...



O SR. AVNER SHEMESH - Então, por exemplo....

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - ...que não existe nada perfeito neste País, que todo mundo está sendo monitorado, que todo mundo está sendo escutado, que todo mundo está sendo filmado.

O SR. AVNER SHEMESH - Exatamente. Eu vou acabar dando uma dica. O bandido, praticamente. Eu posso responder depois, mas eu vou dar a dica para o bandido de como eliminar um sistema de segurança que está na sua residência.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Ou como captar...

O SR. AVNER SHEMESH - Exatamente.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - ...conversações que estão sendo feitas dentro da sua residência.

O SR. AVNER SHEMESH - Não, não captar. Por quê? O sistema de alarme não funciona com vozes, funciona com data. A única coisa que pode fazer é cortar a informação de data. Mas não é voz, porque nesse sistema não passa voz, passa informação. Se o senhor me permite, depois eu explico isso.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Mesmo os que têm a câmara? Mesmo os que têm a câmara de televisão?

O SR. AVNER SHEMESH - Aí é complexo. Aí entramos em detalhe. Aí, tudo bem. Existe...

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - A câmara, além de passar a voz, ainda passa imagens.

O SR. AVNER SHEMESH - Então. Depende do investimento do cliente. Nós temos clientes onde monitoramos alarme com GPRS, com linha comum, com câmaras 24 horas, onde, na minha central, eu assisto 24 horas. Então, o que acontece? Se falhou um sistema, tem outro, o.k.? Então, depende do investimento, você cada vez vai dificultando mais.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - O senhor acompanhou pela imprensa, ou até mesmo nesta CPI... Houve uma operação da Polícia Federal, chamada... Ferradura, Presidente? Ferreiro, Ferreiro, Ferradura... Tudo ferrado mesmo. Essa operação buscou... O ferrado a que eu me refiro é grampeado, viu, Presidente? Essa operação buscou os detetives particulares, as pessoas que trabalham com varreduras, que têm esses equipamentos etc. A maioria desses



equipamentos mais sofisticados é israelense. Malinha pequenininha. Chega ali, pega imagem, capta, filma, faz essa situação toda. O senhor conhece alguma dessas empresas?

O SR. AVNER SHEMESH - Eu li no jornal. Eu não conheço pessoalmente. Mas algumas empresas conhecidas em São Paulo, claro. Eu estou há 20 anos no ramo...

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Conhecimento pessoal?

O SR. AVNER SHEMESH - Não, nenhum.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Relacionamento pessoal?

O SR. AVNER SHEMESH - Não, com ninguém.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Nenhum, nenhum?

O SR. AVNER SHEMESH - Nenhum. Mas são empresas conhecidas e que o nome, durante 20 anos, encontrei em alguns lugares; em feiras ou em outras ocasiões. Mas não conheço nenhuma pessoa mencionada naquela operação.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. AVNER SHEMESH - Então. Isso está claro também.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - O senhor poderia — eu acho que aí seria demais — fornecer a esta Comissão a relação de alguns clientes, mas eu acho que é desnecessário, já que o senhor está dizendo que só faz o trabalho de monitoramento e não faz nenhum trabalho de espionagem. Então não há necessidade de solicitar isso.

O que eu queria perguntar para o senhor, com toda clareza, e é uma colaboração que eu gostaria de pedir ao senhor, se possível... E, se o senhor quiser ficar mais à vontade, nós pediríamos desculpas aos assessores e à imprensa e a permissão do Presidente para o senhor nos falar mais sobre grampo telefônico, sobre escuta telefônica. O que o senhor conhece, o que o senhor tem, o que o senhor já operou.

O SR. AVNER SHEMESH - Até gostaria, mas não posso. Não posso falar nada mais. Aliás, eu estou falando muito mais do que o meu advogado está falando. Eu estou respondendo tudo. Não conheço. Não sei o que tem no mercado. Não sei quem opera. Não sei qual o equipamento atualizado.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - O senhor não pode...



O SR. AVNER SHEMESH - Infelizmente não. Não posso por falta de conhecimento.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - O senhor não pode ou o senhor não obtém essas informações?

O SR. AVNER SHEMESH - Não, eu não tenho essa informação.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Não tem essas informações?

O SR. AVNER SHEMESH - Não tenho. Não tenho absolutamente nenhuma informação. Em relação à segurança que eu faço, eu sou *expert*, eu conheço como poucas pessoas conhecem, eu posso ajudar em tudo, mas, infelizmente, não é esse o assunto de hoje.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Há 20 anos o senhor está no Brasil. Quantas empresas o senhor já teve relacionadas a esse ramo?

O SR. AVNER SHEMESH - De quantas ouvi falar, nesse ramo?

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Não, quantas o senhor teve. O senhor foi proprietário...

O SR. AVNER SHEMESH - Não, 2 empresas.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Só duas?

O SR. AVNER SHEMESH - Duas.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Porque o Deputado que me antecedeu perguntou para o senhor o nome de umas 2 ou 3 empresas de que o senhor não é proprietário mais, e hoje o senhor tem duas.

O SR. AVNER SHEMESH - Não, aquela do Rio não é minha, não tem nada a ver. Ele adotou meu nome por algum motivo. Eu não tenho nada com essa pessoa. Então, não é minha empresa.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - O senhor acha que não tem nada mais para colaborar com esta CPI?

O SR. AVNER SHEMESH - Eu não posso ajudar em mais nada.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - É...

Agradeço, Sr. Presidente.

O SR. AVNER SHEMESH - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - O senhor, recentemente, esteve num programa de televisão mostrando equipamentos de investigação, de



interceptação, de contramedidas de interceptação? O senhor esteve recentemente num programa de televisão?

O SR. AVNER SHEMESH - Não, não fui eu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - O senhor sabe quem foi?

O SR. AVNER SHEMESH - Eu não vi o programa, mas não fui eu, com certeza. Certeza absoluta. Posso até ver e falar quem é.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Deputado Laerte Bessa, V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA - Sr. Presidente, Sr. Relator, eu queria fazer alguns questionamentos ao Sr. Avner.

Primeiro, eu queria dizer que V.Sa. respondeu que a sua empresa não faz investigação. Por que se chama agência de investigação? Por que sua empresa se chama agência de investigação, sendo que o senhor não faz investigação?

O SR. AVNER SHEMESH - Vou repetir: a Online Security não faz serviço de espionagem, não faz serviço de escuta telefônica, e nós fazemos levantamento de risco. Alguém chama levantamento de risco, outro pode chamar de investigação. O que nós fazemos num levantamento de risco? Determinada pessoa, na empresa, tem um furto constante e não sabe como resolver. E ele é nosso cliente. Nós resolvemos.

O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA - Resolvemos? Faz o trabalho da polícia?

O SR. AVNER SHEMESH - Não. Ele não quer a polícia dentro do escritório dele. Ele quer resolver internamente. Ele chama a empresa privada para resolver.

O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA - Para ajudar? Mas de que tipo seria essa investigação?

O SR. AVNER SHEMESH - Tipo... Por exemplo, câmeras camufladas, que instalamos para saber quem, onde, o lugar. Primeira coisa, tem que analisar. A análise de risco... O que é a primeira coisa? Nós analisamos o *modus operandi*, como a pessoa faz. Segunda etapa: criamos solução para poder saber quem é. É assim que fazemos.

O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA - Certo.



O senhor disse que não fez nenhum trabalho para a Polícia Federal. Mas para o DNARC, de São Paulo, eu tenho informação de que o senhor teria auxiliado o DNARC numa investigação. O senhor podia explicar que investigação é essa?

O SR AVNER SHEMESH - Eu... DNARC de...

O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA - De São Paulo. Departamento de Tóxico de São Paulo.

O SR AVNER SHEMESH - Bom, o tempo, não me lembro. Ha 5 anos eu fui solicitado para emprestar algum equipamento de escuta ambiental...

O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA - Ah!

O SR AVNER SHEMESH -...mas não foi diretamente para a polícia de São Paulo. Foi através de outro órgão...

O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA - Escuta ambiental, não é?

O SR AVNER SHEMESH - Ambiental...

O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA - Estou gostando...

O SR AVNER SHEMESH - Ambiental, claro! Ambiental.

O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA - Já estou gostando. Ambiental, não é?

O SR AVNER SHEMESH - Ambiental.

O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA - Ambiental. Ótimo!

O SR AVNER SHEMESH - Foi através de outro órgão...

O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA - Hum...

O SR AVNER SHEMESH - Eu emprestei para eles...

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - O senhor emprestou e instalou também?

O SR AVNER SHEMESH - Desculpa...

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - O senhor instalou também?

O SR AVNER SHEMESH - Não. Ambiental não instala. Ambiental é um equipamento que vem no corpo do agente. Por exemplo, ele põe no corpo, ele faz uma negociação de compra — não importa, de droga, não sei — e ele tem a prova gravando com...

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Uma maletinha na outra sala?



O SR AVNER SHEMESH - Exatamente. O restante da equipe com um gravador que capta isso e isso serve como prova. Esse equipamento foi solicitado por outro órgão, foi usado pela Polícia Federal...

O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA - Ah!

O SR AVNER SHEMESH -...em uma operação ou 2 de apreensão de drogas.

O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA - Hum.

O SR AVNER SHEMESH - E o que é incrível é que esse equipamento, 2 meses depois, foi apreendido como equipamento ilegal.

O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA - Ah! Então, não foi apreendido naquela circunstância não foi só...

O SR AVNER SHEMESH - O mesmo equipamento.

O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA -...não foi só aquele antigrampo? O senhor tinha dito que tinha sido apreendido o antigrampo.

O SR AVNER SHEMESH - Não.

O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA - Mas esse equipamento também foi apreendido?

O SR AVNER SHEMESH - Foi.

O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA - Foi apreendido?

O SR AVNER SHEMESH - Foi!

O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA - Mas o senhor tinha declarado que tinha sido apreendido apenas o antigrampo.

O SR AVNER SHEMESH - Não. Foi apreendido... Desculpa. Foram apreendidas 4 malas. Um dos equipamentos foi o antigrampo, o outro foram câmaras e o outro foi esse equipamento...

O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA - O senhor sabia que para fazer escuta ambiental...

O SR AVNER SHEMESH - Eu não lembro o que tinha na...

O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA -...para fazer escuta ambiental necessita de autorização judicial?

O SR AVNER SHEMESH - Não.

O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA - O senhor não sabia disso?



O SR AVNER SHEMESH - Não. Eu não sei... Eu não sabia como eles usaram. Como era a polícia, eu achei que... Eu não sabia.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - V.Exa. me permite, Deputado?

O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA - Sim.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Veja só, esse equipamento que o senhor está usando, coincidentemente, tem americano e israelense. O israelense é o de melhor qualidade. Se o senhor tem ele há 5 anos e ele foi apreendido agora, o senhor está até um pouquinho defasado, porque essa que o senhor tem deve ser uma deste tamanho (*o Deputado gesticulou*), pesa 5 quilos, com uma antenazinha maior, de uns 20 centímetros. E esse equipamento que o senhor está-se referindo não é só escuta não. Ele tem, além do gravador, uma câmara. A pessoa é filmada e gravada. O equipamento fica: ou em uma caneta, ou no buraquinho de uma gravata. Esse, por exemplo, estava onde? Na gravata? Há 5 anos, deveria ser gravata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Deputado Carlos Willian, esse também é aquele que a bateria queima?

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Queima! Exatamente! O senhor conhece bem, não é? (*Riso.*) Bateria esquentada. Esse é aquele antigo. (*Riso.*) Esse é aquele antigo.

Agora, esse equipamento não é proibido?

O SR AVNER SHEMESH - Todos os condomínios hoje, todos, a maioria tem sistema de gravação. Hoje, a maioria das câmaras...

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Mas esse equipamento não é... esse é de bisbilhotagem; esse é de...

O SR AVNER SHEMESH - Um segundo, só para explicar. Na maioria dos condomínios o equipamento novo grava voz também. Hoje, jornalistas que fazem reportagem têm câmara camuflada que grava voz também. Ninguém pede mandato da pessoa que ia fazer investigação. Todos os jornalistas... Em todas as redes de TV sai reportagem sobre venda ilegal de ingresso, documento falsificado, enfim. Tudo isso através do quê? Através, simplesmente, de uma câmara e um microfone camuflados. Exatamente esse equipamento.



O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Mas a dificuldade é porque o senhor falou que não tinha sido apreendido esse equipamento. Falou aqui para o Deputado Gustavo Fruet não tinha sido...

O SR AVNER SHEMESH - O senhor está confundido os prazos. Essa operação da Polícia Federal aconteceu 5 anos atrás, e essa mala foi apreendida 4 anos atrás. Exatamente isso. Então...

O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA - Olha, só para complementar isso tudo que o senhor falou, eu acho que se o senhor tem esse equipamento de escuta ambiental, o senhor utilizou essa escuta ambiental para fazer serviço da empresa. Eu tenho certeza de que o senhor usou várias vezes. Tenho certeza absoluta, porque eu tenho informação. Raramente o senhor fez serviço com a polícia. Mas mesmo com a polícia se exige autorização judicial para fazer esse tipo de escuta.

Tem uma delegada aqui em Brasília que está sendo processada, porque, no trabalho dela, ela usou essa escuta ambiental. Ela já esteve aqui conosco e ela está sendo processada.

Então, eu acho, eu não sei ainda... o senhor não esclareceu quando que isso foi apreendido, quando foi apreendido.

O SR AVNER SHEMESH - Quatro anos atrás.

O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA - Quatro anos atrás.

Nós temos que analisar isso, porque isso aí é uma infração grave no Código de Processo Penal, no Código Penal Brasileiro. E, dependendo do tempo que já foi apreendido, o senhor pode ser processado por ter esse equipamento dentro da sua empresa, porque é proibida a escuta ambiental, pela Constituição Federal. Se usou com a polícia, eu acredito que a polícia tenha solicitado autorização judicial. Mas para o seu uso pessoal, para o seu uso pessoal, o senhor está cometendo um crime grave.

Então, Sr. Presidente, eu quero informação de quando foi apreendido esse equipamento. Só o fato de o senhor tê-lo dentro da sua empresa já é um crime.

Então, eu quero, Sr. Presidente, que ele nos mande cópia dessa apreensão, ou que nós mesmos possamos solicitar à Polícia Federal quando foi apreendido isso, para que a gente possa tomar providência. Se uma delegada, no trabalho dela, usa esse tipo de artifício, de investigação, de instrumento e é processada, como que



uma empresa, uma agência particular faz isso e não se toma providência nenhuma, a Polícia Federal não fiscaliza? O senhor disse aí... Eu acho que é competência da Polícia Federal, hoje, fiscalizar essas agências de investigação, principalmente a sua. A sua é de investigação. O senhor disse que não investiga, mas está aí no nome: *"Proprietário da Agência de Investigação Online de Segurança"*.

Então, eu quero esclarecer isso.

Então, eu queria que o senhor...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Deputado Laerte Bessa, eu acho que ele deixou de responder uma coisa que eu acho que é muito importante. Ele disse que a Polícia Federal utilizou, que foi solicitado por um outro órgão. Ele não declinou que outro órgão solicitou a ele esse empréstimo desse equipamento para a Polícia Federal. Qual o órgão que solicitou ao senhor que emprestasse à Polícia Federal?

O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA - Boa pergunta, boa intervenção.

Qual foi esse órgão que solicitou os equipamentos?

O SR AVNER SHEMESH - Foi a DEA.

O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA - Não escutei.

O SR AVNER SHEMESH - A agência americana DEA.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Uma divisão de combate ao narcotráfico.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - *Drug Enforcement Administration?*

O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA - DEA. Você quer falar DEA? É o DEA?

O SR AVNER SHEMESH - DEA.

O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA - Quando foi isso?

O SR AVNER SHEMESH - Quatro anos atrás, 5 anos atrás...

O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA - Quatro anos atrás.

O senhor tem algum documento... Deve ter na loja algum documento solicitando. Mas como é solicitado para o senhor sem um documento?

O SR AVNER SHEMESH - Não tem documento.

O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA - Não tem documento?



O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Como é que ele sabia que o senhor tinha esse equipamento?

O SR AVNER SHEMESH - Como ele sabia? Alguém sabia da polícia, ou alguém falou para eles que tem...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Do DEA tem uma pessoa que lhe solicitou. Qual o nome da pessoa do DEA que solicitou?

O SR AVNER SHEMESH - Não me lembro. Foi 4 anos atrás, 5 anos atrás. Não tenho noção.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - A pessoa que foi presa, o senhor sabe o nome dele, o traficante?

O SR AVNER SHEMESH - Ah, não!

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Mas se o senhor procurar saber, o senhor pode informar para a gente depois?

O SR AVNER SHEMESH - Eu nunca... Veja, como um profissional, eu nunca entrava em detalhe. Eu não poderia entrar. Não falava: "*O que você vai fazer com o equipamento? Vai prender quem? Quem você prendeu?*" De jeito nenhum! Eu fiz favor, não cobrava, é claro, era empréstimo, ajudava. Eu não poderia nem cobrar, nem perguntar. Não seria ético perguntar. Então, infelizmente, eu não sei quem é, não posso...

O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA - É, Sr. Presidente, eu acho que é dificultado bastante o nosso trabalho. Dificultado, primeiro, porque os requisitados que vêm aqui prestar depoimentos, os convocados, eles já vêm com *habeas corpus* do Supremo Tribunal Federal. E estou percebendo que muitos deles usaram a CPI para fazer defesa, respondendo apenas às perguntas que interessam a eles, aquelas perguntas para as quais os advogados os prepararam. Isso está sendo uma tônica na nossa CPI. E quando começamos a apertar, principalmente no tocante à escuta ambiental, porque o senhor mesmo declarou que tinha esse equipamento e o utilizou. Eu sei que o senhor o utilizou porque sou policial, sei quando o senhor utilizou, de que forma foi utilizado, inclusive com o DNARC — e eu tenho informações concretas com o DNARC. Quando as coisas partem para esse rumo, eles usam o artifício do mandado de segurança... do *habeas corpus* e outras coisas mais. Então, fica difícil o trabalho, fica difícil o trabalho. Mas...



O seu advogado está lhe orientando toda hora aí. Eu queria que o senhor passasse para nós o que o seu advogado está orientando aí porque seria bom para nós.

O SR. AVNER SHEMESH - Eu vou responder. Este equipamento faz parte do processo na 5ª Vara.

O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA - Aí! (*Riso.*) Esse aí já foi lá para o processo. Segredo de justiça, não é?

Está bom, Sr. Presidente. Era só isso.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Sr. Presidente, V.Exa. me permite?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Muito obrigado, Deputado Laerte Bessa. Como V.Exa. é um policial — e um policial experiente —, para bom entendedor, pinga é letra. Para bom entendedor, pinga é letra. Então, nós já depreendemos tudo que foi dito aqui: ou ele é altamente competente, ou ele é altamente incompetente. São os 2 extremos: ou ele é bom demais, ou ele é ruim demais.

Deputado Carlos Willian.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Sr. Avner, esse equipamento que a Polícia Federal levou do senhor há mais tempo, me parece, essa escuta telefônica, esse aparelho de grampo, o senhor entrou com algum recurso na Justiça para readquiri-lo, para tê-lo de volta?

O SR. AVNER SHEMESH - Pedimos, sim.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Pediu de volta?

O SR. AVNER SHEMESH - Sim, alguns foram devolvidos.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Não, especialmente este a que estamos nos referindo e que o senhor emprestou lá para o ...

O SR. AVNER SHEMESH - Nós pedimos todo o equipamento de volta e não fomos atendidos.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Esse especialmente foi pedido?

O SR. AVNER SHEMESH - Este aqui também não...

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Não?

O SR. AVNER SHEMESH - ... não foi devolvido.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Mas foi pedido?



O SR. AVNER SHEMESH - Ele não lembra...

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Mas isso é tão recente, doutor. Quatro anos.

O que foi instruído no pedido de ressarcimento do equipamento? Foi juntada nota fiscal para comprovar propriedade?

O SR. AVNER SHEMESH - Está no processo e a gente não lembra.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Deixa eu perguntar para o senhor: a imprensa disse que o senhor é um espião. Obviamente que o senhor está negando e eu estou concordando com o senhor. Fique à vontade. Eu estou concordando. Pelo o que o senhor está apresentando aqui, não tem nada de espionagem. O senhor já orientou o advogado para fazer uma reclamação ou ajuizar esses órgãos de imprensa que estão colocando o senhor como um espião, principalmente um espião israelense? Está tomando essa providência?

O SR. AVNER SHEMESH - Sim, nós pensamos muito nisso e chegamos à conclusão que temos muito mais a perder do que a lutar contra jornais tão grandes que publicam isso. Então, no momento, a gente resolveu não fazer nada, mas futuramente, quando terminar esse processo, vamos tomar algumas providências.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - O senhor conhece um senhor chamado Pinchas Bar? (*Pausa.*) O senhor conhece uma pessoa de nome Pinhas Bar?

O SR. AVNER SHEMESH - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Não? Na época em que o senhor coordenava o Serviço de Segurança da Embaixada de Israel o senhor não tinha...

O SR. AVNER SHEMESH - Ah, conheço. É o Pinhas Bar. Conheço. Ele era Chefe de Segurança do Consulado, claro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Certo, Chefe de Segurança do Consulado de São Paulo na mesma época em que o senhor chefiava a Segurança da Embaixada?

O SR. AVNER SHEMESH - Eu estava em Brasília, ele estava em São Paulo mais ou menos. Quando eu cheguei, ele saiu, sim.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Era seu subordinado?

O SR. AVNER SHEMESH - Não, cada um trabalhava independente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Independente? Mas exerciam mais ou menos a mesma função?

O SR. AVNER SHEMESH - Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - O senhor teve algum envolvimento num processo na Polícia Federal que apurou a venda de equipamentos para o Governo do Estado de São Paulo e chegou a ser indiciado junto com o ex-Cônsul Geral de São Paulo nesse inquérito?

O SR. AVNER SHEMESH - Sim, 15 anos atrás.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - O senhor foi indiciado na comercialização ilegal de equipamentos de segurança vendidos por Israel ao Governo do Estado de São Paulo?

O SR. AVNER SHEMESH - Não lembra, mas sei o resultado final porque não acompanhei. Era muito tempo atrás. Eu fui inocentado e o inquérito foi arquivado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Deputado Luiz Couto, algum questionamento?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sr. Presidente, eu estou chegando agora porque estava participando do Grande Expediente. Não sei se as questões foram já formuladas, mas queria perguntar ao Sr. Avner: o senhor tem essa empresa de investigação *on-line* desde quando?

O SR. AVNER SHEMESH - Não tenho nenhuma empresa de investigação. Minha empresa é uma empresa de projetos de segurança, instalação de sistemas de alarme, monitoramento. Não sou proprietário de empresa de investigação.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Então, o senhor nega que tenha feito algum trabalho para o Sr. Daniel Dantas.

O SR. AVNER SHEMESH - Eu não fiz nenhum trabalho para o Daniel Dantas, nem para ele, nem para o Grupo Opportunity, nem para qualquer pessoa ligada a ele.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E esse serviço que o senhor oferece aqui no Brasil... o serviço que o senhor diz que ofereceu aqui a pessoas ou empresas no Brasil?



O SR. AVNER SHEMESH - Serviços simples de segurança eletrônica, de empresas, fábricas...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo, mas que empresas foram essas que o senhor ofereceu esse tipo de serviço?

O SR. AVNER SHEMESH - Não, são meus clientes, eu não posso mencionar. Mas são residências, comércios, lojas, indústrias, onde a gente faz um planejamento de proteção e monitoramos essas empresas para que não sejam assaltadas e roubadas. Sistema de segurança eletrônica.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - O que acontece é o seguinte: quando foi apreendido pela Polícia Federal no seu escritório no Jardim América, em São Paulo, foi feita uma apreensão de uma vasta quantidade de material de investigação e espionagem e que estaria incluída alguma maleta de escuta telefônica. O que o senhor diz dessa informação?

O SR. AVNER SHEMESH - Eu vou esclarecer. Eu respondi. Foi feita essa pergunta...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Mas é que eu não estava aqui.

O SR. AVNER SHEMESH - Tudo bem, eu vou responder novamente. Todo o equipamento que foi apreendido não tem capacidade de fazer escuta telefônica, nenhum dos equipamentos. São equipamentos que podem ser adquiridos em dezenas de lojas em São Paulo, via Internet. Repórteres que fazem investigação usam equipamentos iguais. Equipamentos simples para levantamento de risco dentro de empresas em caso de furto. Esse equipamento tem distância curta, de 10 a 15 metros, ele não serve praticamente para nada além disso.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E o material de escuta ambiental? O material de escuta ambiental?

O SR. AVNER SHEMESH - Escuta ambiental é um equipamento que pode gravar uma conversa junto com mais de uma pessoa.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Mas isso não seria considerado como um...

O SR. AVNER SHEMESH - Não, vou dar um exemplo. Quando o meu cliente está sendo ameaçado de morte e ele pede para gravar a conversa para poder levar para a polícia,...



O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Mas o senhor disse que o senhor fazia serviço de segurança.

O SR. AVNER SHEMESH - Exatamente...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Ou seja, agora, pelo que nós verificamos aqui, pela escuta ambiental, que também era feita escuta...

O SR. AVNER SHEMESH - Eu falei que nós fazemos gerenciamento de risco. Quando a gente faz gerenciamento de risco, qual é o risco que a pessoa tem? Além de risco físico, existem outros riscos. Se tem um funcionário roubando dentro da empresa, a empresa sofre um risco, um grande risco. Então, é esse tipo de trabalho que a gente faz. Tudo dentro de empresas, com autorização, com conhecimento do proprietário. Nada mais que isso.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Quer dizer, o senhor nunca foi procurado pelo Sr. Daniel Dantas para serviços mesmo na área de segurança em empresa?

O SR. AVNER SHEMESH - Nunca. Não tenho nenhum tipo de contato, nunca encontrei com ele, nunca fui procurado por ele.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - O senhor conhece o senhor Daniel Dantas desde quando?

O SR. AVNER SHEMESH - Nunca conheci ele.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Nunca conheceu; nunca teve nenhum tipo de relacionamento?

O SR. AVNER SHEMESH - Nada, nunca.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo.

Nesse trabalho que o senhor faz... Ou seja, a Polícia Federal, na sua investigação, diz que foi apreendida uma tela de consulta de cadastro de CPF, extratos telefônicos, documentos. O senhor disse que não age dessa forma. E onde esses extratos telefônicos, documentos, e também consulta, uma tela de consulta de cadastro do CPF, para que o senhor utilizava isso?

O SR. AVNER SHEMESH - Eu não lembro nada desses documentos. Eu posso garantir que isso não faz parte do processo na 5ª Vara. Nenhum desses documentos, dessas afirmações não fazem parte; eu não conheço esses fatos.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sr. Presidente, o fato é que, cada vez mais, verificamos que essa escuta clandestina feita pela Kroll até hoje nós não



conseguimos decifrá-la, porque todos os que vêm aqui dizem que não ocorreu. Agora, também, na informação que nós temos também pela chamada operação, o Sr. Avner também diz que não forneceu nenhum tipo de serviço. Acho que nós vamos ter que buscar muito mais informações, porque aqueles que vêm aqui, já com o resguardo pela Justiça de que poderiam ficar em silêncio, e não revelar nada acerca do processo, e a CPI é prejudicada.

Continuo verificando que precisamos, cada vez mais, ter aquela documentação. Infelizmente também o Supremo impediu que nós tivéssemos acesso a todas as informações. V.Exa. deve ter tomado as providências, via Presidência da Casa, porque é a Câmara Federal que está sendo prejudicada na sua função específica — com a Comissão Parlamentar de Inquérito, que tem poder de polícia, de investigação — de ter essas informações todas. Que o nosso presidente possa ter encaminhado já essa nossa indignação com relação a essa posição para que possamos desvendar de vez esse mistério de que as coisas que possam atingir o Sr. Daniel Dantas e seus tentáculos nunca vêm à tona.

Então, precisamos, cada vez mais, buscar essa verdade.

Tenho certeza de que V.Exa., como Presidente, e também o Deputado Nelson Pellegrino como Relator, nós iremos continuar nessa caminhada até que nós possamos dizer que ali houve uma escuta clandestina e que pessoas foram, de certo modo, investigadas sem ter uma posição favorável da Justiça, uma autorização.

Mas ficamos por aqui, uma vez que o próprio, Sr. Avner, diz que o que ele fornecia era um serviço de segurança, e não de escuta. O que eu acho, data vênia, que, ao ter aparelho ambiental e outras coisas, que isso também não tenha acontecido. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Obrigado, Deputado Luiz Couto.

O Relator, tem mais algum questionamento?

Antes de encerrar os trabalhos, gostaria de fazer algumas pequenas considerações que julgo importantes para esta Comissão.

Primeiro, no que diz respeito aos mandados de segurança e aos *habeas corpus* que vêm sendo impetrados junto à Suprema Corte, que, de alguma forma,



vem concedendo medidas liminares em função da presença do que eles chamam de *fumus boni iuris e periculum in mora*. Posteriormente, esta Comissão vem fazendo as informações necessárias. E já houve uma decisão favorável a esta Comissão Parlamentar de Inquérito que apenas restringia, pelo Plenário, o acesso aos dados relativos aos números interceptados, o que me parece um excesso de zelo por parte da Suprema Corte, razão pela qual já foi expedido, inclusive, um ofício às operadoras de telefonia no sentido de que respondam tudo aquilo que o Supremo autorizou a que esta Comissão Parlamentar de Inquérito tenha acesso. E, no prazo de 10 dias, deverão ser remetidos a esta Comissão, sem prorrogação, ou seja, os dados que o Supremo autorizou, que nós pudéssemos ter acesso.

No que diz respeito à outra questão, que é o mandado de segurança impetrado pelo Sr. Daniel Dantas no sentido de nós não termos acesso aos procedimentos que se encontram sob segredo de Justiça, me parece que o tal segredo de Justiça, hoje utilizado de forma banal — aliás, como se faz com as próprias escutas telefônicas —, na verdade, só protege os poderosos, porque esses ficam protegidos de que a imprensa tome conhecimento do todo e de que os órgãos que trabalham com as investigações, como nós estamos fazendo, tenham acesso ao particular no que diz respeito ao interesse desta Comissão.

Então, hoje mesmo aprontei as informações, demonstrando àquela Corte que, no passado, já houve autorizações de compartilhamento de dados com as Comissões Parlamentares de Inquérito, até porque me parece que existe uma invasão de atribuição por parte da Suprema Corte, uma vez que não estamos ferindo nenhum direito ou garantia individual. Estamos, sim, na verdade, com um mandato do povo brasileiro. E a Comissão Parlamentar de Inquérito é a extensão desta Casa em investigação, que pode ser uma investigação feita sobre quem quer que seja, não importando em que local se encontre ou em que órgão esteja instalado.

Estou fazendo ver a Suprema Corte que existe uma necessidade desse compartilhamento, para o bom andamento das Comissões Parlamentares de Inquérito, para que as pessoas não venham aqui achando que apenas com a negativa e que apenas com a omissão de dados poderão ludibriar a Comissão Parlamentar de Inquérito, que, ao final, há de fazer o seu relatório, no qual fará,



sim, juízo de valor do que foi dito e daquilo que foi omitido para, se for o caso, fazer inclusive os devidos indiciamentos, para encaminhamento aos órgãos competentes e para o processamento dessas pessoas perante a Justiça.

Portanto, acho que o nosso trabalho está sendo feito.

Muitas informações que, muitas vezes, parecem não ser informações, são informações úteis que formularão o juízo de cada um dos Deputados para a votação do relatório final. Além disso, estou encaminhando hoje ao Presidente desta Casa as duas informações por mim feitas, no âmbito do *habeas corpus* e do mandado de segurança impetrados, para que o Presidente tome o conhecimento e também adote as medidas institucionais necessárias para a preservação da prerrogativa do Congresso Nacional.

Não avançamos sobre a prerrogativa de quem quer que seja, mas não podemos admitir que quem quer que seja invada as prerrogativas do Congresso Nacional, principalmente no nosso caso, da Câmara dos Deputados, através de uma Comissão Parlamentar de Inquérito.

Portanto, para informar a V.Exa. que as medidas estão sendo adotadas.

Antes de encerrar esta reunião, também quero dizer que acho que foi muito útil a vinda do Sr. Avner, por 2 motivos. Ou ele é altamente culpado do que lhe é imputado, e isso o processo poderá dizer, ou ele é totalmente inocente e está sofrendo a injustiça de ter sido processado de forma indevida. Isso o Judiciário vai dizer. Mas uma coisa que é clara é que ele possui, em seu poder, equipamentos capazes de espionar a vida alheia, ou seja, os tinha em seu poder, porque foram apreendidos pela Polícia Federal, fazendo com que ele se tornasse réu numa ação perante uma das varas criminais de São Paulo.

Portanto, o que temos aqui é alguém com uma *expertise* e um treinamento voltados para as questões de segurança, dentre elas a segurança eletrônica e, dentro da segurança eletrônica, as interceptações e as contramedidas de interceptação, porque se ele não tiver essa expertise eu acredito que ele esteja vendendo gato por lebre aos seus clientes no Estado de São Paulo e em outras partes do Brasil.

Como me parece que esse não é o caso, o que nós podemos extrair do seu depoimento é que, na verdade, ele tinha esses equipamentos e os utilizava a favor



dos seus clientes. O que nós precisamos estabelecer é se existe nexo causal entre esses equipamentos, o Sr. Avner e o time ou grupo do Sr. Daniel Dantas e da Kroll. Isso só o tempo e as investigações que iremos fazer poderão dizer quem está com a verdade.

Então, dispense o investigado tendo em vista o encerramento do seu depoimento e não haver mais questionamentos.

Nada mais havendo a tratar...

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Pois não, Deputado Gustavo Fruet.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Talvez fosse até a observação final da sua manifestação. Com relação à pauta, qual é a sua idéia para as próximas semanas e se há previsão de marcar alguma sessão para deliberar, nessa etapa final, inclusive a votação dos requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Nada mais havendo a tratar, vou encerrar os trabalhos, antes convocando os Srs. Deputados para a próxima reunião ordinária, a realizar-se no dia 3 de setembro, às 14h30min, para a oitiva da Dra. Flávia de Toledo Cera, juíza substituta da 3ª Vara Federal de Ribeirão Preto, São Paulo, e da jornalista Andréa Michael, da *Folha de S.Paulo*. Se houver *quorum* para deliberação, iremos fazer deliberações na próxima sessão; não havendo *quorum* para deliberação, deliberaremos na subsequente, conforme pauta que encaminharei aos Srs. Deputados.

Então, fica marcada a próxima reunião, que será realizada no Plenário 11, Anexo II, às 14h30min.

Está encerrada a presente reunião.